

MUITO ALÉM DA COPA DO MUNDO DE 2010: POPULAÇÃO SUL-AFRICANA NEGRA VS APARTHEID NA ÁFRICA DO SUL¹

BEYOND THE 2010 WORLD CUP: BLACK SOUTH AFRICAN POPULATION VS APARTHEID IN SOUTH AFRICA

Leandro Goya Fontella², Taís Hemann da Rosa³ e Daniela Richter⁴

RESUMO

No presente artigo, trata-se do processo histórico da África do Sul, com foco no século XX, período em que o sistema do *apartheid* foi institucionalizado como política de Estado. Por meio de revisão bibliográfica, objetivou-se discutir e apresentar uma síntese histórica sobre a trajetória sul-africana. Após a Segunda Guerra Mundial (1939 - 1945), contando com a conivência da comunidade internacional, o Estado sul-africano manteve o racismo oficializado por mais de quatro décadas através de leis que reproduziam ideias e teorias de caráter nazi-fascista. Nesse contexto, objetivou-se demonstrar que o capitalismo industrial e a urbanização foram fatores que tanto se beneficiaram do *apartheid*, quanto auxiliaram na sua ruína. Pode-se concluir, assim, que o declínio do referido sistema somente ocorreu depois que a população negra amenizou suas rivalidades étnico-tribais e passou a se identificar majoritariamente como sul-africana.

Palavras-chave: racismo, segregação racial, história da África.

ABSTRACT

This paper addresses the historical process of South Africa focusing on the 20th century when apartheid was institutionalized as a State policy. Through a literature review, it is discussed and presented a historical synthesis of the South African trajectory. After the Second World War (1939 – 1945), along with the connivance of the international community, the country kept an official racism for more than four decades through laws that reproduced nazi-facist ideas and theories. In this context, industrial capitalism and urbanization are factors that have both benefited apartheid as well as helped its deterioration. The decline of such regime has only happened after the black population softened their ethnical and tribal issues and started to identify themselves mostly as South African.

Keywords: racism, racial segregation, history of Africa.

¹ Trabalho de Iniciação Científica.

² Acadêmico do Curso de História - Centro Universitário Franciscano. E-mail: leandro-goya@hotmail.com

³ Acadêmica do Curso de Direito - Centro Universitário Franciscano. E-mail: taishemann_sb@hotmail.com

⁴ Orientadora - Centro Universitário Franciscano. E-mail: danielarichter@ibest.com.br

INTRODUÇÃO

Em 2010, a África do Sul sediou a 19ª Copa do Mundo de Futebol. Nessa, 32 seleções nacionais classificadas por meio de eliminatórias continentais disputaram a honra de carregar pelo quatriênio, 2010-2014, o título de melhor futebol do mundo, ou no mínimo de futebol mais competente do planeta⁵. A magnitude - não só econômica, mas também política e cultural - da Copa do Mundo, em que extraordinários jogadores, extremamente valorizados, como o argentino Lionel Messi, o uruguaio Diego Forlán⁶, o português Cristiano Ronaldo, o camaronês Samuel E'to, o espanhol David Villa, o holandês Wesley Sneijder e o brasileiro Kaká protagonizaram épicas partidas, e do futebol - esporte que desperta paixões avassaladoras ao redor do planeta - fez com que durante o ano de 2010 a África do Sul e o continente africano estivessem no centro das atenções mundiais.

Por aproximadamente 30 dias que compreenderam a realização dos 64 jogos, desde o jogo de estreia, entre a África do Sul e o México, até a grandiosa final, disputada por Espanha e Holanda, o mundo todo pôde observar uma linda festa dentro e fora dos estádios. Assistiu-se a uma bela confraternização entre povos, culturas e etnias. Nas ruas, praças e arenas esportivas da África do Sul puderam ser vistos homens brancos, negros, amarelos, vermelhos, sejam do norte, sul, leste ou oeste celebrando juntos a paz, a amizade e as vitórias - ou chorando a derrota -, até mesmo na seleção anfitriã, os *Bafana Bafana*⁷, viram-se homens brancos e negros jogando juntos pelo objetivo maior: a conquista da Copa do Mundo. Para muitos povos, essas são cenas triviais. Porém, não para a população sul-africana.

Há menos de 20 anos, o povo da África do Sul vivia em um país violentamente dividido pelo cruel sistema chamado *apartheid*, o qual no decorrer do século XX erigiu e institucionalizou a segregação racial no território sul-africano e conservou o poder político e econômico nas mãos da minoria branca. Pragmaticamente, o *apartheid* sustentava um aparato jurídico que tinha por finalidade promover a quase completa separação física, econômica, social, política e cultural da população branca da não branca. Dessa maneira, em uma sociedade capitalista, industrializada e urbana, aos moldes ocidentais, que tendia cada vez mais a integrar culturalmente as populações e possibilitar-lhes igualdade política - mesmo que concomitante com a desigualdade socioeconômica -, a minoria branca, contraditoriamente, gerou, por meio do *apartheid*, a exclusão dos não brancos - africanos, imensa maioria da população, asiáticos e mestiços - dos sistemas liberais de representação. Somente na década de 1990 que a imensa maioria da população sul-africana, isto é, os negros, libertou-se dos grilhões do *apartheid*. Logo, o gozo da liberdade e da cidadania integral são ainda recentes para a população não branca desta nação, que, por sua vez, convive ainda com fortes sequelas oriundas daquele regime de dominação.

⁵ A seleção da Espanha sagrou-se campeã da 19ª edição da Copa do Mundo de Futebol.

⁶ Após levar sua seleção até as semifinais e marcar 05 gols, tornando-se um dos quatro artilheiros do torneio, Diego Forlán foi escolhido o melhor jogador da Copa do Mundo da África do Sul e recebeu o prêmio FIFA Bola de Ouro.

⁷ Apelido carinhoso da seleção sul-africana de futebol que em dialeto zulu significa *garotos-garotos*.

Todavia, no ano de 2010, a Copa do Mundo de Futebol e a África do Sul são indissociáveis. Desse modo, este trabalho, que tem por objeto de estudo o processo histórico sul-africano com foco mais detalhado no período em que vigorou o *apartheid*, também está em clima de Copa e jogo decisivo. Assim, a partir de uma revisão bibliográfica, desenvolveu-se neste artigo uma narrativa com linguagem metafórica relacionando os agentes e o processo histórico em questão com elementos, momentos e passagens de uma partida de futebol decisiva.

Porém, é importante ressaltar que embora utilize uma linguagem metafórica e alegórica para narrar os sucessos ocorridos durante o *apartheid*, repudia-se uma abordagem maniqueísta do processo histórico, considerando que esse se desenrolou de forma que seus agentes históricos foram protagonistas ao longo de seu percurso. E que cada um, a sua maneira, respondia as contingências históricas de acordo com os recursos materiais e simbólicos específicos que conseguia acessar e reunir. Todavia, nem por isso, deixa-se de avaliar o regime de apartação como um sistema de dominação social extremamente cruel, desumano e opressor.

Sendo assim, o presente artigo foi estruturado da seguinte forma: na primeira seção, intitulada de *Aquecimento*, elaborou-se um breve apanhado histórico do longo período que se estende dos primeiros contatos dos europeus com os povos autóctones da África meridional, em fins do século XV, até o fim do século XIX. Na segunda seção, *Entrando em Campo*, abordam-se os acontecimentos ocorridos na primeira metade do século XX, período no qual se fundou as bases para institucionalização do *apartheid*. No *Primeiro Tempo*, isto é, na terceira seção, examinou-se o processo ocorrido entre o fim da década de 1940 e fim da década de 1960 em que o Estado sul-africano, dominado politicamente por determinada parcela da população branca (que era parte minoritária da população sul-africana), oficializou gradativamente o regime de segregação racial. A Carta da Liberdade foi a atração do *Intervalo* da partida, nesta quarta seção apresentam-se as considerações que alguns autores fizeram sobre este documento que se tornou o símbolo e ideário da luta política daqueles que se opunham ao *apartheid*. No *Segundo Tempo*, considera-se principalmente os anos 1970, década em que o regime de apartação racial se radicalizou devido ao surgimento do movimento oposicionista chamado de Consciência Negra e a diversos levantes da população negra como, por exemplo, no Levante de Soweto. Por conseguinte, na sexta seção denominada de *Prorrogação*, aborda-se a conjuntura da década de 1980, em que o *apartheid* rapidamente perdia legitimidade, inclusive entre a população branca, e na qual a diplomacia da comunidade internacional, animada pelas ondas de contestação, pressionava pelo fim do regime. Já nos *Pênaltis*, foca-se no processo de abertura política à população negra o que ensejou a ruína do *apartheid*. Por fim, na *Repercussão do Jogo*, reserva-se um espaço para as considerações finais deste artigo.

AQUECIMENTO: colonização europeia e o contato com os nativos na África Austral

Em sua marcha atlântica em direção ao oriente durante o século XV, os europeus chegaram pela primeira vez na extremidade meridional africana em fins do século XV. Entretanto, o território que atualmente compõe a República da África do Sul acabou não despertando o interesse dos europeus durante os primeiros contatos, já que estes estavam mais preocupados em manter relações comerciais com o oriente do que promover uma colonização sistemática do território africano.

Contudo, quase um século mais tarde, uma sucessão de fatos começaria a alterar as relações de poder entre as potências marítimas europeias. No fim da década de 1570, uma crise na sucessão do trono português levou o soberano espanhol Felipe II a reclamar o trono de Portugal para si; assim, no ano de 1580, ocorreria a chamada União Ibérica⁸, a qual unificou as coroas portuguesa e espanhola. Quase concomitantemente com esse evento, as Províncias Unidas holandesas obtiveram sua independência da Espanha e começaram a se afirmar como uma nova potência marítima empenhada em disputar as rotas comerciais americanas e orientais⁹. Com a falta de soberania portuguesa e a ausência de interesse espanhol pela rota das Índias¹⁰, a Companhia das Índias Orientais tivera poucas dificuldades para impor-se no comércio oriental, e a Companhia das Índias Ocidentais acabou conquistando significativo espaço estratégico e comercial nas rotas ocidentais. Desse modo, durante o período em que ocorreu a União Ibérica (1580 - 1640), diversas feitorias, entrepostos comerciais e áreas de colonização portuguesa na África, Ásia e até mesmo na América portuguesa (doravante Brasil) foram dominadas pelos holandeses.

No entanto, após 1640, com a Restauração do trono português, os lusitanos procuraram reconquistar suas posses perdidas, para isso contaram com o auxílio da Inglaterra¹¹, outra potência marítimo-comercial em franca ascensão. Nesse contexto, é que o Brasil, ao longo do século XX, notabilizaria-se como o país do futebol e único a participar de todas as edições da Copa do Mundo, tornando-se o maior vencedor com cinco títulos conquistados¹², esteve envolvido, mesmo que como *carregador de piano*¹³, no processo histórico que originaria o Estado-nação da Copa de 2010, ou seja, a África do Sul. Conforme Luiz Felipe de Alencastro:

⁸ Sobre União Ibérica ver TENGARRINHA, J. (Org.). **História de Portugal**. São Paulo: EDUSC, 2000.

⁹ “O empreendimento mercantil e colonial flamengo assumiu uma forma semiprivada, distinguindo-se das potências concorrentes pela criação de companhias de comércio dotadas de ampla autonomia financeira, embora, politicamente atreladas aos projetos de Estado” (MAGNOLI, 1992, p. 15).

¹⁰ É importante ressaltar que o pouco interesse espanhol pelas rotas comerciais orientais ocorreu devido a Espanha ter canalizado, quase todo, os seus esforços para a colonização e exploração de suas possessões no continente americano.

¹¹ País onde o futebol foi inventado.

¹² A seleção brasileira de futebol venceu as seguintes edições da Copa do Mundo: 6ª (Suécia, 1958), 7ª (Chile, 1962), 9ª (México, 1970), 15ª (Estados Unidos da América, 1994) e 17ª (Coreia do Sul - Japão, 2002).

¹³ Expressão trivial do vocabulário futebolístico designado para aqueles jogadores essenciais a cada equipe, mas que, no entanto, não saltam aos olhos do torcedor e nem brilham com jogadas geniais. Geralmente, os carregadores de piano atuam no meio-campo como volantes, buscando impedir as jogadas de ataque da equipe adversária.

em 1648 uma frota luso-brasileira, equipada pelos grandes proprietários fluminenses e comandada por Salvador de Sá, levanta velas no Rio de Janeiro, cruza o oceano e expulsa os neerlandeses de Angola. Desalojados de Luanda e de Benguela, os flamengos retomam pé mais ao sul da África, na área da atual Cidade do Cabo. A história da presença europeia na África do Sul começa assim como um ricochete do tiroteio entre luso-brasileiros e holandeses no Atlântico Sul (1988, p. 7).

Assim, a Companhia das Índias Ocidentais, que havia invadido o Recife, no Brasil, e Luanda e Benguela, em Angola, todas possessões portuguesas, acabou se estabelecendo no Cabo da Boa Esperança, no extremo sul do continente africano, garantindo, desta maneira, um importante entreposto comercial que, devido a sua posição geográfica estratégica, na transição entre os oceanos Atlântico e Índico, beneficiou também a sua coirmã, a Companhia das Índias Orientais, cuja atuação concentrava-se na Ásia. Por conseguinte,

a pequena guarnição da VOC [Companhia das Índias Orientais] cresce um pouco mais com a chegada de colonos holandeses e de duas centenas de protestantes (huguenotes) refugiados dos conflitos religiosos que ensanguentavam a França. Durante esse primeiro período, até o final do século XVII, a presença europeia resume-se a algumas centenas de famílias espalhadas num raio de cinquenta quilômetros em volta da área atual da Cidade do Cabo. Escravos provenientes de Madagascar e das zonas holandesas na Malásia adicionam-se aos cativos africanos que os colonos adquiriam na região. Como em outros pontos ocupados pelos europeus nessa época, [...], a África do Sul conhece um processo de mestiçagem. Os ancestrais dos fanáticos do *apartheid* unem-se às mulheres hotentotes e malasianas, dando origem a uma camada de mestiços (*coloured*) (ALENCASTRO, 1988, p. 7) [*grifos do autor*].

Para Alencastro (1988), o processo de mestiçagem, ocorrido entre os séculos XVII e XIX, na África do Sul, foi mais significativo que a miscigenação em Angola em pleno século XX; já Magnoli (1992) considera que este processo ficou circunscrito às primeiras décadas da colonização, mas, nem mesmo por isso deixou de ser bastante representativo. Os dois autores concordam que este processo de mestiçagem sul-africano, na incipiência da colonização, é um expressivo argumento que desmonta as teses que percebem a miscigenação como um fenômeno singular à colonização luso-católica nos trópicos, ou seja, a tese de Freyre¹⁴. Para eles, “os processos de mestiçagem estão mais ligados às diferentes etapas da colonização do que às características culturais dos colonizadores” (ALENCASTRO, 1988, p. 8), e que estão vinculados “a uma fase inicial das experiências coloniais, anterior à imigração familiar em massa, quando o contingente masculino superava largamente o feminino na população imigrada” (MAGNOLI, 1992, p. 18). A miscigenação acabou tendo pouco peso na conformação social na África do Sul, entretanto, faz-se importante perceber que ela ocorreu de maneira expressiva, mas por um efêmero espaço temporal, dentro de uma conjuntura da etapa colonial que a favorecia, e que a sua pouca significância ao longo do processo

¹⁴ Sobre a tese freyriana da originalidade da colonização lusitana nos trópicos ver Capítulo I de FREYRE, G. **Casa Grande & Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 34. ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.

histórico sul-africano nada tem a ver com os argumentos de incompatibilidade natural e cultural entre brancos e não brancos, e a propagada superioridade racial daqueles, que a minoria branca difundiu para legitimar sua denominação e o sistema do *apartheid*.

Desde o princípio da colonização, a administração neerlandesa e os bôeres¹⁵ não conseguiram desenvolver relações satisfatórias; o descontentamento com o forte centralismo administrativo de Amsterdã somado com os consideráveis impostos cobrados gerou inúmeros atritos ao longo dos séculos XVII, XVIII. Em consequência disso, os bôeres foram lentamente interiorizando-se no território sul-africano em sucessivas ondas de migrações, as quais ficaram conhecidas como *treks*. Assim sendo, os colonos entraram em contato com outro grupo étnico nativo muito mais numeroso que os hotentotes do litoral, os bantos. Segundo Magnoli:

[...] os bantos parecem ter migrado para a África meridional em vagas incessantes originadas na Ásia central em torno de 1500 a.C. tecnicamente mais evoluídos que os pastores hotentotes, praticavam a agricultura, conheciam a metalurgia do ferro e mantinham redes de comércio de metais e escravos com os árabes que frequentavam o litoral oriental. Ao contrário dos hotentotes, os bantos do interior opuseram uma resistência tenaz e, às vezes, dramática ao avanço da colonização bôer. Os conflitos com os africanos chegaram a degenerar em verdadeiras guerras, conhecidas como *guerras cafres*, nome de um dos primeiros grupos tribais bantos (1992, p. 19) [*grifos do autor*].

Segundo Pereira (1986), a resistência nativa ocorreu de forma constante, e entre os grupos tribais bantos que empreenderam maior oposição aos bôeres estiveram os *xhosas*, *zulus* e também os *vendas*, que, só às vésperas do século XX, foram subjugados.

Já no fim do século XVIII, com a falência da Companhia das Índias Orientais, a Holanda passou a manter apenas uma espécie de autoridade formal sobre a região. Contudo, a Inglaterra que nesse momento já se impusera como potência e conquistara a hegemonia do comércio marítimo interessava-se pela região devido a sua posição geopolítica e comercial estratégica. Alguns anos mais tarde, após as vicissitudes impostas pela Revolução Francesa e o período Napoleônico¹⁶, e em consequência das negociações do Congresso de Viena (1815), Reino Unido e Holanda assinaram a Convenção de Londres, um tratado que passava o território sul-africano para a jurisdição colonial britânica. As relações entre a empresa recolonizadora inglesa com os colonos bôeres jamais foram harmônicas. O forte caráter autonomista da colonização bôer antagonizava com os projetos da administração colonial britânica que, por sua vez, acabariam limitando a liberdade com que estes desfrutavam do território. Além disso, o próprio choque cultural entre o modo de vida bôer e o poder inglês colocava em oposição os pilares de ambas as sociedades: a Igreja Reformada Holandesa *versus* as missões religiosas anglicanas; a língua inglesa *versus* o dialeto bôer - uma adaptação africana do idioma holandês, que acabou sendo codificado no idioma *africâner*.

¹⁵ Termo utilizado para denominar os primeiros colonizadores de origem holandesa do território sul-africano.

¹⁶ Sobre Revolução Francesa e o período Napoleônico ver HOBBSAWM, Eric J. **A era das Revoluções: Europa 1789-1848**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

Todavia, as profundas transformações na organização da propriedade da terra e da força do trabalho que a administração britânica procurou implantar na colônia tornaram-se o âmago do conflito. No tocante ao direito de propriedade, com a chegada de colonos ingleses a disputa pela terra, que até então envolvia bôeres e bantos, acirrou-se, obrigando o Ministério colonial a impor restrições às expropriações de terras que os europeus submetiam os povos autóctones, criando para esses reservas que não poderiam ser violadas. Portanto, esta atitude representou uma dura afronta aos bôeres acostumados a expandir suas posses para áreas cada vez mais distantes do litoral.

Em relação à força de trabalho, a determinada política britânica do século XIX, após o encerramento da primeira fase de sua revolução industrial¹⁷, que visava promover a completa abolição do trabalho escravo nos territórios sujeitos a sua autoridade acarretaria no derradeiro rompimento dos laços que ligavam a comunidade bôer ao território inglês do Cabo. Em 1833, quando decretou o fim do regime de escravidão em todas as suas colônias, a Grã-Bretanha solapava “um estilo de vida e uma organização da produção material baseados na expropriação da terra e do trabalho dos nativos e na ausência de controles governamentais, regulamentos ou taxações” (MAGNOLI, 1992, p. 22).

Sentindo-se ultrajados com as ações da Coroa britânica, a comunidade bôer deu início, a partir de meados da década de 1830, a uma sequência de ondas migratórias em direção ao interior do território da África austral. Este movimento de migração em massa ficou conhecido como o *Grand Trek*, e caracterizou-se, sobretudo, pela cisão com a dominação inglesa. Ao mesmo tempo em que, esta migração maciça esboçou o que viria ser o atual território da África do Sul, ele promoveu um embate ainda mais agudo entre os bôeres e as tribos bantos do interior, este encontro ocasionou novas *guerras cafres*. Porém, o efeito mais significativo do *Grand Trek* deu-se no imaginário bôer. Segundo Magnoli:

as partidas do *Trek* eram cenas quase épicas. Dezenas de carros de bois, ladeados por cavaleiros que tangiam os rebanhos, levavam as mulheres e crianças. Cada grupo seguia atrás de um líder religioso, reconhecido por todos e consciente da sua missão. No espírito daqueles colonos protestantes africanizados, o *Trek* refazia a epopeia bíblica do Êxodo e tinha por fim o encontro da Terra Prometida. O *Grand Trek* moldou duradouramente o caráter cultural e as atitudes diante do mundo da sociedade branca sul-africana. Ato de revolta romântica contra o futuro, negação da modernidade e do progresso, ele reafirmou a especificidade do grupo social europeu e protestante transplantado para a África tropical. Isolando-se do processo evolutivo geral, os *trekkers* recusavam o entorno técnico e ideológico, atirando-se à aventura de reproduzir indefinidamente as suas próprias formas arcaicas de organizar o trabalho e interpretar o mundo (1992, p. 23) [*grifos do autor*].

Em consequência do *Grand Trek* o território da África meridional, da costa atlântica a costa índica, fracionou-se em quatro distintas unidades políticas: o Cabo, o Estado Livre do Orange, a República do Transvaal e o Natal; esta última acabou sendo anexada pelos britânicos, e somente conquistou autonomia semelhante a do Cabo no fim do século XIX, que, por sua vez, permaneceu

¹⁷ Sobre Revolução Industrial ver HOBSBAWM, Eric J. **A era das Revoluções**: Europa 1789-1848. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

como uma típica colônia do império britânico. No Orange e no Transvaal, as tensões entre bôeres e britânicos acarretaram a primeira guerra anglo-bôer.

Na segunda metade do século XIX, as contradições entre ingleses e bôeres se radicalizaram de forma irreversível devido à descoberta de diamantes e ouro nos territórios de assentamentos coloniais destes últimos. “Os diamantes e o ouro romperam abruptamente o relativo isolamento econômico e comercial da África austral. Em poucos anos, os territórios britânicos e bôeres foram conectados e integrados aos circuitos das finanças e do comércio mundiais” (MAGNOLI, 1992, p. 27). Nesse contexto, o influxo cada vez maior de estrangeiros atraídos para as minas foi encarado como uma invasão pelos bôeres. Não tardou para que as rivalidades entre o colonialismo modernizador britânico e a comunidade bôer, que negava o progresso modernizador ocidental, fossem traduzidas em hostilidades.

Em 1899, eclodiu a guerra anglo-bôer, “uma guerra cruel, sem tréguas, em que o imperialismo britânico, criando campos de concentração para os colonos inimigos, mostrou que a Europa mais uma vez renegava a sociedade bôer, condenando-a destarte, a redefinir suas relações com os africanos e com o resto do mundo” (ALENCASTRO, 1988, p. 11). Após três anos de combates, vencidas, as repúblicas bôeres foram incorporadas ao Império britânico. Alguns anos mais tarde, em 1910, as quatro unidades políticas integraram-se para formar a União da África do Sul, Estado componente da Comunidade Britânica, o qual jurava lealdade à Coroa inglesa. Em 1921, como Canadá, Austrália e Nova Zelândia, a União obteria a condição de Domínio. Esta unidade marcou um período de conciliação e entendimento da minoria branca que, contraditoriamente, fundamentou-se mais na tradição conservadora bôer do Transvaal e do Orange do que na Constituição liberal do Cabo, e caracterizou-se principalmente pela exclusão política dos não brancos. As bases do *apartheid* estavam entrando em campo.

Porém, este é o assunto da próxima seção, pedimos desculpa prezado leitor pela longa, e quiçá enfadonha, seção de aquecimento, mas esperamos ter contado com tua compreensão ao longo deste capítulo. Aliás, é consenso entre os preparadores físicos que, um aquecimento bem realizado, com muito alongamento, é deveras importante antes de qualquer partida de futebol, e se torna ainda mais imprescindível antes de um jogo decisivo. Este foi um dos aspectos chave para o rápido sucesso do projeto de apartação imposto na África do Sul. Enquanto a organização e a união da minoria branca, já no início do século XX, estavam bastante aquecidas, os oprimidos pelo sistema estavam frios e pouco coesos para imporem uma forte resistência neste embate. Enfim, sem mais delongas vamos a entrada das equipes no gramado.

ENTRANDO EM CAMPO: o *apartheid* extraoficial

Com o arrefecimento das incompatibilidades entre os bôeres e os britânicos, ocorrido logo após o fim da guerra anglo-bôer, seguiu-se um período em que o arranjo desenvolvido pela minoria branca - britânicos e africânderes, descendentes da população bôer - representou para os africanos,

mestiços e asiáticos¹⁸ “um retrocesso político e uma exclusão completa do sistema de representação parlamentar” (MAGNOLI, 1992, p. 34). A nova conjuntura política e socioeconômica da União da África do Sul aliava, portanto, o poder político, exercido predominantemente pelos africânderes; o domínio econômico para a camada empresarial vinculada ao setor de mineração, composta principalmente pelos britânicos; e o controle social imposto aos não brancos, baseado em critérios de segregação racial, que pouco a pouco foi se erigindo através de um aparato jurídico-constitucional, o qual objetivava negar a igualdade e a própria nacionalidade sul-africana a esta população.

Após a exclusão dos direitos políticos dos não brancos, o *apartheid* continuou manifestando-se também em regulações sobre o direito de propriedade da população negra. É bem verdade que, desde meados do século XIX, a administração britânica já havia estabelecido um sistema de reservas territoriais para os grupos bantos. Para Pereira, “o início da segregação teria começado com essas reservas e conciliou a vocação racista com a vantagem de manter, disponível e separado, um formidável contingente de mão de obra barata, com que a indústria e a agricultura das áreas brancas se abasteciam livremente” (1986, p. 36). Tampouco pode ser negado que, desde que a economia capitalista mineradora se desenvolveu, e exigira a incorporação de vultosas parcelas de nativos como força de trabalhos, “a prática de uma rígida e completa separação em bases raciais constituía já uma realidade [na África austral], [...] os negros estavam confinados a reservas e só podiam habitar os guetos urbanos na condição de ‘visitantes temporários’, mediante os odiados passes” (MAGNOLI, 1992, p. 41). Por conseguinte, nos primeiros anos da década de 1910, durante o 1º governo africânder foi promulgada a *Lei das Terras Nativas*, a qual definiu as reservas tribais dos bantos, e proibia a aquisição de terras por negros fora destas. A extensão territorial destas reservas foi complementada em 1936. Estima-se que a população negra que representava 70% da população sul-africana negra ficou limitada a apenas 12,9% das extensões de terra da União da África do Sul.

O período que compreenderia o advento da União da África do Sul até fins da década de 1940 - o qual testemunhou, entre outros eventos, a revolução bolchevique na Rússia, as duas grandes guerras mundiais, a crise do sistema capitalista liberal e a ascensão e queda de regimes fascistas¹⁹ - ficou marcado pelo surgimento das duas principais instituições políticas rivais que foram protagonistas do embate político sul-africano até a derrocada do regime do *apartheid*.

De um lado, o nacionalismo africânder, que surgiu com a urbanização de considerável parcela da comunidade que descendia dos bôeres, e expressava a rejeição dos brancos empobrecidos ao mundo urbano e às corporações empresariais, fundou em 1914 o Partido Nacional. Duas décadas

¹⁸ Estes asiáticos são principalmente indianos que chegaram à África meridional em torno da metade do século XIX para trabalharem nas plantações do Natal, então sob domínio britânico. Vale ressaltar que neste mesmo período a Índia também estava sob controle colonial da Grã-Bretanha.

¹⁹ Sobre estes e outros eventos que marcaram o processo histórico do século XX ver HOBSBAWM, Eric J. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914 - 1991**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

mais tarde, durante os anos de depressão econômica após o colapso do modelo liberal capitalista, este partido foi refundado por nacionalistas radicais, passando a chamar-se Partido Nacional Africânder. De acordo com Magnoli:

sustentados por elementos nazistas e pela Igreja Reformada Holandesa, os nacionalistas radicais defendiam a criação de um Estado africânder, anticapitalista e anticomunista, amparado nas tradições e glórias bôeres. Exatamente um século depois do *Grand Trek* eclodia um novo grito de revolta contra a modernidade, cujas referências já não podiam ser a propriedade rural e o círculo familiar mas se articulavam em torno da indústria nacionalizada e do trabalho branco [...] [no decorrer da Segunda Guerra Mundial] enquanto o governo [sul-africano] engajava o país no esforço de guerra aliado, o nacionalismo africânder alinhava-se, aberta ou veladamente, com a Alemanha nazista. John Vorster e Pieter Botha, jovens dirigentes do partido [...] que mais tarde ocupariam a chefia do governo, chegaram a participar ativamente das ações de sabotagem da Ossewabrandwag, agrupamento clandestino de propaganda hitlerista (1992, p. 38-40) [*grifos do autor*].

De outro lado, em 1912, fora fundado em uma reunião de líderes tribais o Congresso Nacional Africano (doravante, CNA). Esta foi a primeira instituição que, de forma ainda tímida, vinha a expressar um sentimento nacional e de unidade entre as comunidades bantos, que até então estavam dispersas devido às arraigadas tradições tribais. Contudo,

[...] o nacionalismo africano nasceu fascinado pelas tradições britânicas, pelo progresso e as cidades. [...]. O CNA nada tinha a ver de esquerdista ou socialista. Chefiado por homens extraídos das famílias reais africanas ou por advogados, professores, médicos e religiosos instruídos nas escolas das missões anglicanas e nas universidades britânicas, o Congresso mirava-se vagamente no liberalismo americano e acreditava na piedade cristã. [...]. O nacionalismo africano viveu as décadas de sua juventude preso à oscilação entre suas raízes tribais e a imagem luminosa da civilização liberal britânica. Essas duas influências [...] desfiguraram o movimento, privando-o de identidade e capacidade de aglutinação (MAGNOLI, 1992, p. 38-40) [*grifos do autor*].

Desse modo, enquanto o nacionalismo radical africânder assentava as bases para assumir o controle da União da África do Sul, aferrando-se cada vez mais ao imaginário bôer, o nacionalismo africano buscava, por meio de resistência pacífica, uma conciliação com a minoria branca, conclamando esta a promover uma flexibilização de suas políticas opressivas e excludentes da população não branca. Esta postura só viria a se alterar na década de 1940 quando, sob influência da chamada Liga da Juventude, o CNA substituiu os seus moderados apelos à compreensão entre brancos e negros pela aberta pregação de que os africanos possuíam incontestáveis direitos à cidadania integral.

Portanto, percebe-se que, desde a entrada em campo os africânderes assumiram uma postura que visava intimidar a população não branca e, em especial os africanos. Logo ao iniciar o primeiro tempo, eles partiriam com tudo para o ataque. Controlando o jogo e bem postados taticamente com a chegada ao poder do Partido Nacional Africânder em 1948, os africânderes institucionalizariam o *apartheid* já nos primeiros minutos do jogo.

PRIMEIRO TEMPO: a oficialização do *apartheid*

Em 1948, o mundo todo dava os primeiros passos após a Segunda Guerra Mundial. Os regimes fascistas²⁰ do eixo Berlim, Roma e Tóquio haviam sido derrotados. As feridas abertas naquele conflito faziam com que a imensa maioria dos povos em torno do planeta repudiassem as teorias racistas que haviam inspirado Adolf Hitler a lançar a Alemanha naquela jornada bélica. Porém, na União da África do Sul, assumia o poder um projeto que expressava inúmeras daquelas ideias as quais o mundo renegava. O Partido Nacional Africânder vencera as eleições inaugurando um longo período de mais de quatro décadas no poder - o qual só teria fim em 1994 com a eleição de Nelson Mandela²¹, no primeiro processo eleitoral sul-africano com sufrágio universal. Obstinos a transformar o já praticado *apartheid* em um sistema que se tornasse no fundamento real do Estado, logo nos primeiros anos de governo, os africânderes começaram a construir um sofisticado código de leis para oficializá-lo. De acordo com Anthony Sampson:

[...] a característica singular do *apartheid* era o fato de institucionalizar ao mesmo tempo a segregação e o racismo justamente quando o mundo ocidental repelia uma e outra coisa por ocasião do fim da guerra contra Hitler [...]. Nos dois anos que se seguiram a 1948, o governo do Partido Nacional fez aprovar as duas leis básicas que impunham a discriminação: o Ato de Registro da População assegurava a pureza da raça branca [...], enquanto o Ato de Áreas de Grupos impunha áreas residenciais separadas. Seguiu-se uma série rápida de leis que tinham por fim assegurar a segregação nas escolas, universidades, governos locais e sistemas políticos (1988, p. 75).

O *Ato de Registro da População* de 1950 classificava os sul-africanos por meio de um sistema racial e etnolinguístico. A população ficava dividida em brancos, mestiços, asiáticos e negros, estes últimos eram segmentados em categorias linguísticas (nguni, sotho, venda e shangaan-tsonga) subdivididas em nove grupos identificados como etnias. Essa lei tinha por objetivo retribalizar os africanos, para posteriormente confiná-los nos territórios que fossem destinados ao seu grupo. Estes territórios seriam definidos pela *Lei de Áreas de Grupos* de 1950, que proibia a residência de um grupo populacional na área destinada a outro. Segundo Magnoli (1992), essa lei visava conter o fluxo da urbanização dos africanos. Em consequência destas leis, em 1952, o governo criou outra norma, denominada *Lei da Circulação dos Nativos*, a qual sancionava o já existente sistema de passes, assim, os africanos precisariam obter autorizações para poder circular nas áreas reservadas aos brancos.

²⁰ Sobre fascismo ver TEIXEIRA DA SILVA, F. C. Os fascismos. In: _____. REIS FILHOS, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste (Org.). **O Século XX: o tempo das crises: revoluções, fascismos e guerras**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

²¹ Para conhecer mais detalhes sobre a vida Nelson Mandela ver VAIL, John J. **Winnie e Nelson Mandela**. São Paulo: Nova Cultural, 1988; e/ou ver o filme de Bille August, *Mandela: luta pela liberdade*, 2008; (Goodye Bafana).

Enquanto nas décadas de 1950 e 1960, o governo africânder ia gradualmente produzindo leis segregacionistas²² e preenchendo a vida cotidiana dos africanos negros de proibições, restrições e punições, o CNA, agora sendo dirigido por líderes como Oliver Tambo, Walter Sisulu e Mandela, investia na estratégia de fomentar “manifestações populares de boicote, de não cooperação e desobediência civil” (PEREIRA, 1986, p. 44). Entre estas manifestações, destacou-se o *Congresso do Povo*, ocorrido em 1955 após alguns anos de intensas campanhas de desobediência às leis raciais e às práticas do *apartheid*. Neste evento, compareceram três mil delegados representando asiáticos, africanos, sindicatos e também brancos que discordavam do regime de apartação; “o fato mais significativo do Congresso do Povo foi, sem dúvida, a publicação da *Carta da Liberdade*” (VAIL, 1988, p. 31) [*grifos meus*], objeto principal da próxima seção. Os anos que se seguiram ao Congresso foram marcados por uma crescente agitação das parcelas sociais oprimidas. As campanhas de desobediência generalizavam-se por todos os cantos da União da África do Sul, intensificavam-se as manifestações de queima de passes, boicotes aos transportes e as efervescentes marchas de estudantes. No entanto, enquanto mais comuns tornavam-se estes movimentos contestatórios, com maior frequência ocorriam as repressões, que na maioria das vezes eram com significativa violência.

Em uma destas manifestações em 1960, no distrito de Sharpeville, “milhares de negros se aglomeraram em frente ao posto policial. A polícia entrou em pânico, matando a tiros 67 negros e preparando terreno para uma revolta que logo parecia próxima da revolução” (SAMPSON, 1988, p. 91). Este massacre provocou uma crise interna e o estarrecimento da comunidade internacional. Pela primeira vez, o Conselho de Segurança da ONU manifestou-se sobre a África do Sul e aprovou uma resolução denunciando a chacina e clamando pela implantação de medidas com finalidade de prover a harmonia e a igualdade racial.

Após anos de movimentos pacíficos, nenhum dos objetivos da população negra havia sido alcançado, nem mesmo a pressão internacional conseguia modificar o caráter do nacionalismo africânder que continuava irredutível de seu projeto segregacionista e continuou coibindo e reprimindo energicamente as manifestações contra o regime racista. Algumas semanas após Sharpeville, o governo decretou a ilegalidade do CNA. Contudo, esta organização traduzindo o estado de espírito da população africana, mesmo na clandestinidade, optou pela luta armada para pressionar a minoria branca a reconhecer os direitos de cidadania dos não brancos.

Essas primeiras duas décadas do governo radical nacionalista africânder foram denominadas por Magnoli como o *pequeno apartheid* que, apesar da enorme teia de normas produzidas e o rígido controle social imposto, não chegou a ser mais que uma operação de caráter territorial, com o objetivo de breçar o processo de urbanização africana.

²² Entre estas leis destacam-se: a Lei de Serviços Públicos Separados de 1953, que determinava a utilização separada de bibliotecas, parques, praias, transportes e banheiros públicos; a Lei de Proibição de Casamentos Mistos de 1949 e a Lei sobre a Imoralidade de 1957, as quais impediam os matrimônios e as relações sexuais inter-raciais.

Em 1966, com o assassinato do primeiro-ministro Hendrik Verwoerd, no cargo desde 1959, inaugurar-se-ia um período em que John Vorster edificaria um sistema de apartação ainda mais sofisticado e atroz, mas este é o assunto para o segundo tempo. O que nos interessa no momento é compreender que desde o princípio da primeira etapa, marcando sob pressão, os africânderes radicais impuseram o racismo oficial na União da África do Sul²³. Mesmo tentando reagir, a população não branca não conseguia articular ações ofensivas que pudessem superar o forte e seguro sistema defensivo africânder. A comunidade internacional, que arbitrava este confronto, envolvida no contexto de bipolaridade da Guerra-Fria²⁴, deixava o jogo correr solto até mesmo nos lances mais violentos promovidos pelos africânderes. Ao fim do primeiro tempo, a vantagem parecia ser toda da minoria branca, no entanto, a urbanização africana continuava ocorrendo impulsionado pelo crescimento do mercado de trabalho das cidades. O segundo tempo prometia jogadas ainda mais ríspidas. Mas por ora, aproveitemos os quinze minutos de intervalo para saber um pouco mais sobre a *Carta da Liberdade*, documento que tornou-se o testamento político de todos os opositores do regime de *apartheid*.

INTERVALO: a carta da liberdade

Devido ao curto espaço de tempo do intervalo, não podemos reproduzir a *Carta da Liberdade*²⁵. Entretanto, evidenciaremos a apreciação que os autores com os quais estamos trabalhando tiveram do conteúdo da carta.

Para Francisco Pereira, este documento “sintetiza o programa de um governo democrático e expressa a visão popular de uma sociedade justa, inter-racial. O nível e o caráter das aspirações nela contida refletem bem o grau da dominação e do sofrimento popular” (PEREIRA, 1986, p. 67). Enquanto que para John Vail, a carta

tornou-se um duradouro *testamento político* do movimento de libertação sul-africano e, trinta anos depois, foi adotado como plataforma política pelos adversários do *apartheid*. A carta não era um plano para a efetivação de um Estado Socialista, como os africânderes [insistiam em argumentar]; ela apenas visava ao fim da legislação segregacionista e a criação de uma sociedade democrática, na qual estivessem garantidos os direitos humanos e políticos de todos os cidadãos do país, independentemente de raça (1988, p. 31) [*grifos meus*].

Nesse mesmo contexto, Demétrio Magnoli considera que a carta marcou uma nova etapa do nacionalismo africano, a qual reclamava a emergência de um Estado multirracial, fundado no voto igual e

²³ Em 1961, após referendo nacional, obviamente somente a minoria branca participou de tal referendo, a União da África do Sul deixou de fazer parte da Comunidade Britânica e passou a chamar-se República da África do Sul.

²⁴ Sobre Guerra Fria ver HOBBSAWM, Eric J. **Era dos Extremos**: o breve século XX: 1914 - 1991. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

²⁵ Para ter conhecimento do conteúdo de trechos da *Carta da Liberdade* ver PEREIRA, F. J. **Apartheid**: o horror branco na África do Sul. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

universal. Além disso, a carta requereria a estatização do sistema financeiro e a nacionalização das riquezas minerais e dos monopólios industriais, ou seja, defendia uma concepção de desenvolvimento socioeconômico por via de um capitalismo nacional, reformista e anti-monopolista. Em suas próprias palavras, a *Carta da Liberdade* “ainda que influenciada pelo socialismo, situou-se nitidamente nos limites da ideia de nação gerada pelo contrato político entre cidadãos livres e iguais no plano formal” (MAGNOLI, 1992, p. 62).

Fica patente que estes autores avaliam a *Carta da Liberdade* como uma importante manifestação, a qual representava as legítimas aspirações dos povos oprimidos pelo regime imposto pelos africânderes, além de definir diretrizes programáticas para um projeto nacional, gerido por um governo legitimado pela maioria dos cidadãos sul-africanos. Na contra mão destas considerações, Sampson pondera que a carta

foi o mais próximo que [se chegou] da elaboração de um manifesto sério. Mais parecendo um salmo religioso que uma diretriz política, pleno de divagações deliberadas, incluía duas sentenças controversas, que ressoariam pelas décadas futuras: ‘a África do Sul pertence a todos quantos nela vivem, negros e brancos’ e ‘a riqueza mineral do subsolo, os bancos e o monopólio industrial serão transferidos para a propriedade do povo em geral’ (1988, p. 90).

Consideramos a apreciação de Sampson refutável. Entendemos que sua opinião está carregada de etnocentrismo, próprio de um súdito da Coroa britânica. Jornalista inglês que durante muitos anos cobriu os acontecimentos do regime diretamente da África do Sul, ele avaliou a *Carta da Liberdade* do alto da torre do decadente Império ultramarino britânico, dessa maneira não conseguiu perceber que dentro de uma conjuntura de opressão racial e cerceamento dos direitos civis, políticos e de livre expressão, esta declaração acabou contendo ideias que superavam o aparato ideológico do ambiente em que seus autores estavam inseridos. Além do mais, é preciso levar em consideração que muitos dos homens que elaboraram a carta haviam sido educados pelo próprio sistema que os oprimia, o que torna o esforço de elaboração deste documento ainda mais notável.

O intervalo está acabando, caro leitor, agora já é momento de voltarmos nossas atenções para o segundo tempo.

SEGUNDO TEMPO: a radicalização do *apartheid*

Os africânderes voltaram do vestiário determinados a definir o resultado da partida a seu favor, isto é, estavam obsessivos por transformar o regime de apartação de caráter territorial, engendrado nas primeiras duas décadas do governo nacionalista africânder, em um regime que impedisse de forma absoluta que a maioria populacional dos negros viesse a se converter em maioria política, o que ocorreria caso a população negra conquistasse direitos políticos iguais aos da população branca. Com o CNA na clandestinidade, e diversos de seus líderes exilados ou presos - inclusive Nelson Mandela que fora condenado à prisão perpétua em 1964, depois de ter sido responsabilizado por atos de sabotagem as

instalações governamentais e de grandes corporações -, os negros sul-africanos passavam por momentos de apatia no embate. Aproveitando-se das condições conquistadas, “todo o esforço do *apartheid* foi dirigido para identificar, ressaltar e aprofundar as distinções culturais e, simultaneamente, negar ou mascarar a origem comum dos bantos da África austral” (MAGNOLI, 1992, p. 45).

Nesse contexto, o governo de John Vorster fez da Lei de Constituição das Pátrias Bantos de 1971 a pedra angular de um projeto que tinha por finalidade criar micro-Estados para os africanos, baseando-se mais uma vez nos critérios raciais e etnolinguísticos. Movidos pelo *imaginário bôer* antiliberal e inspirado na reelaboração do conceito romântico de nação do pensamento nazista²⁶, os africânderes aferravam-se na mitologia do passado bôer e cultivavam a ideia de uma cultura singular a qual necessitava de uma nação circunscrita à minoria branca descendente dos colonos bôeres (MAGNOLI, 1992). Do mesmo modo, os africânderes “projetavam os negros segundo sua própria imagem, como tribos orgulhosas que não queriam ser assimiladas” (SAMPSON, 1988, p. 77). A intenção do governo era que todos estes espaços de confinamento de africanos, que ficaram conhecidos como *bantustões*, se tornassem independentes com o passar dos anos. Assim sendo, sobrepondo o seu próprio conceito de nação à comunidade africana, os africânderes legitimavam a opressão política dos *bantustões*, pregando ideologicamente que estes espaços representariam a libertação e o reconhecimento das identidades nacionais assentadas em cada etnia - por exemplo: zulus, xhosas, sotho, tswana. Dessa maneira, os africânderes poderiam se orgulhar de estarem promovendo o *ressurgimento das etnias* negras da África meridional, e auxiliando-as a evoluírem ao estágio de nações.

De acordo com Magnoli:

o sucesso dessa operação de engenharia sociológica permitia a dissociação completa entre a inclusão dos negros no mercado de trabalho e a sua exclusão da vida política da República Sul-Africana. Na condição de estrangeiros, os africanos seriam sempre força de trabalho, mas jamais poderiam aspirar à condição de eleitores. [...] Na verdade, enquanto a economia industrial e urbana atuava no sentido de diluir as diferenças culturais existentes entre os negros, a geopolítica do *apartheid* agia no sentido oposto, procurando ampliar e aprofundar as singularidades tribais. Mais uma vez, os africânderes empreendiam um enorme esforço destinado a inverter o sentido do tempo e fazer a história mover-se para o passado (1992, p. 45) [*grifos do autor*].

Na realidade, a radicalização do *apartheid* veio expor que as políticas anteriores que visavam frear a urbanização africana haviam falhado. Em consequência do contínuo crescimento econômico, os centros urbanos atraíam milhões de africanos, os quais acabaram transformando os subúrbios destes em focos irradiadores de novas ideias e atitudes contra o sistema de apartação racial. De acordo com Sampson, “foi o crescimento de Soweto, com mais de um milhão de negros intensamente urbanizados,

²⁶ O conceito romântico de nação do pensamento nazista “encontra seu fundamento na raça, na cultura e na etnia. A ‘língua étnica’ aparece como traço básico da identidade nacional” (MAGNOLI, 1992, p. 44).

que revelou todas as contradições entre as teorias do *apartheid* e os fatos da integração industrial. No coração industrial da África do Sul, Soweto representava uma ameaça maior a Pretória do que qualquer Estado fronteiriço” (1988, p. 123) [*grifos do autor*]. Portanto, foi a partir de subúrbios como Soweto, Sharpeville, Alexandra, Sebokeng, Katlehong e muitos outros, que o nacionalismo negro, no ostracismo desde os episódios de Sharpeville em 1960, revitalizar-se-ia. Nesta nova conjuntura, salientou-se “o movimento de Consciência Negra, fundado por universitários liderados pelo jovem Steve Biko²⁷. Os ativistas do Consciência Negra visavam fortalecer o orgulho da sua raça e promover a libertação psicológica” (VAIL, 1988, p. 66) [*grifos meus*]. Esse movimento pregava maior coesão entre as distintas etnias africanas. Nas palavras de Anthony Sampson,

a consciência negra proporcionou ímpeto ideológico à revolta negra [...] [e] ajudou a ‘conscientizar’ uma nova geração de negros [...], [esse] movimento fazia parte de uma nova insistência, [...] em que os negros possuíam valores e tradições próprios; e o vocábulo ‘negro’ agora estava sendo garbosamente adotado como parte de um orgulho e um espírito novos, tanto na África como nos Estados Unidos (1988, p. 122) [*grifos do autor*].

Não demoraria para que as fortes manifestações de contestação do *status quo* sul-africano ganhassem significativo vigor. Em 1976 o *levante de Soweto* abalaria profundamente o governo africânder. Em junho deste ano, por volta de dez mil jovens protestavam pacificamente nas ruas contra a deliberação do governo que obrigava as escolas a ensinarem o idioma africâner em detrimento do inglês - preferido pelos negros, por se tratar do idioma da cultura ocidental. Porém, a polícia mais uma vez reprimiu o protesto com extrema violência e matou uma criança. O espírito de revolta da população negra tomou conta, primeiro de Soweto, e depois se generalizou por toda a África do Sul, causando uma sublevação jamais vista até então. Por, aproximadamente, um ano seguiram-se greves, protestos e enfrentamentos com a polícia. O *levante de Soweto* repercutiu no mundo todo e tornou-se um símbolo internacional da luta contra o *apartheid*²⁸. O governo africânder tivera de revogar a lei sobre o ensino do idioma africâner. Mas todas as vicissitudes ocorridas na África do Sul em decorrência do *levante*, que fora visivelmente influenciados pelas ideias do Consciência Negra, não ficariam de graça. Um ano depois o governo detinha Steve Biko sem acusação clara, um mês sob sádicas torturas acarretou o falecimento de Biko; porém, o governo divulgou que ele havia morrido devido a uma suposta greve de fome que fizera na prisão.

O segundo tempo estava prestes a acabar, mas nos acréscimos a população africana conseguiria reagir e equilibrar o embate contra o *apartheid*. O movimento de Consciência Negra ditava outro ritmo de jogo para os negros sul-africanos. Mandela, mesmo no banco de reservas, isto é, na prisão

²⁷ Sobre Steve Biko e o movimento de Consciência Negra ver WOODS, D. **Biko**: a história do líder negro sul-africano Steve Biko. São Paulo: Beste Seller, 1987. E/ou o filme de Richard Attenborough, *Um Grito de Liberdade*; 1987; (*Cry Freedom*).

²⁸ Sobre a onda de contestação ao *apartheid* é interessante ver o filme de Darrell James Roodt, *Sarafina: o som da Liberdade*; 1993; (*Sarafina*).

desde 1964, havia tornado-se o capitão dos africanos e já tinha transformado-se numa figura mítica que pairava pelo imaginário negro, simbolizando a resistência ao opressor. Os africânderes que pensavam estar com a partida absolutamente controlada, desde o início, não conseguiram transformar sua significativa vantagem em gols e surpreenderam-se quando o tempo regulamentar esvaiu-se e o placar não havia saído do zero a zero. Os noventa minutos findaram-se, inevitavelmente, a partida seguiria para o tempo extra, contudo, a conjuntura agora parecia favorecer os opositores ao regime. Entretanto, os dois lados ainda contavam com alternativas no banco de suplentes, e poderiam a qualquer momento surpreender o adversário.

PRORROGAÇÃO: fecha-se o cerco ao *apartheid*

Um ano após a nebulosa morte de Steve Biko, e dois após ao *levante de Soweto*, Jonh Vorster deixava de ser o chefe de governo. Com o compromisso de dar continuidade às radicalizações segregacionistas assumira em seu lugar Pieter Botha. Porém, a conjuntura que se apresentava entre os últimos anos da década de 1970 e os primeiros da década de 1980 era pouco estimulante para a continuação dos projetos do governo africânder.

O assassinato de Biko e a resistência popular iniciada em Soweto, e que tomou conta de todo o país, reanimaram a diplomacia da comunidade internacional. A mesma comunidade internacional que havia fechado os olhos para o massacre de Sharpeville, devido aos interesses econômico-financeiros em uma economia capitalista emergente, inseridos no contexto de franca rivalidade entre os blocos socialista e capitalista durante a Guerra Fria, agora, em uma conjuntura de recessão econômica, não ignorava as arbitrariedades ocorridas em Soweto e contra Biko²⁹. Logo, a África do Sul tornou-se centro de discussões em quase todos os encontros promovidos pelas Nações Unidas, e também alvo de sanções econômicas efetivas, as quais comprometiam a estabilidade e vitalidade econômica do país. Concomitante a isso tudo, os negros africanos intensificavam sua campanha de resistência, e os subúrbios cada vez mais passavam a testemunhar cenas de violência entre manifestantes e repressores.

Por sua vez, o governo africânder, pressionado por esta conjuntura, procurou promover uma acanhada reforma para flexibilizar o regime, que, no entanto, não propunha a participação política da maioria negra. Na verdade, os africânderes admitiam o fracasso da política dos bantustões e buscavam, em um lance de publicidade para a comunidade internacional, suprimir algumas das leis mais desprezíveis do *apartheid* como, por exemplo: as leis que proibiam os casamentos e as relações sexuais inter-raciais; e as leis dos passes. Dessa forma, a minoria branca tentava encontrar uma alternativa para conservar-se no poder, mantendo a alienação política dos negros africanos e,

²⁹ Logicamente que após duas décadas a própria diplomacia internacional e as organizações de direitos humanos haviam evoluído e podiam, assim, exercer maior pressão sobre as nações, utilizando contra os interesses econômicos argumentos de cunho ético e moral.

portanto, impedindo a emergência da maioria política negra no cenário político nacional. No fundo, conforme colocou Vail, “as reformas de Botha [...] foram mudanças anódinas que deixaram intacta a estrutura da supremacia branca” (1988, p. 78).

O cerne deste projeto foi, sem dúvida, a reforma na Constituição que Bhotá apresentou em 1983, e aprovada em 1984. Nela, mestiços e asiáticos passaram a ter representatividade política junto à minoria branca, embora esta última continuasse a possuir poder de veto sobre quaisquer medidas adotadas pelos representantes não brancos. Além disso, os africanos negros, imensa maioria da população, continuaram privados de cidadania e de representação no governo. Para eles, era reservada a representação política somente no âmbito regional dos bantustões. Além do mais, os negros africanos consideravam

[...] [a] aprovação [da reforma constitucional] a última gota, a provocação final para a revolta; [...] os negros a viam como coisa bem pior que uma impostura: ela lhes negava qualquer esperança de exercer um papel político, precisamente quando começavam a ter um papel industrial, através dos sindicatos. Era um divisor de águas decisivo, pois alienava a nova geração negra e provocava uma confrontação muitíssimo mais séria, que ameaçava prejudicar irreparavelmente os interesses empresariais (SAMPSON, 1988, p. 170).

Nesse sentido, as contradições sociais, provocadas pela tendência integradora da economia capitalista que colidia inconciliavelmente com a política segregacionista africânder, agravaram-se e se traduziram em tensões sociais, expressadas por meio da multiplicação de greves, convulsões urbanas, as quais, por sua vez, minaram a saúde produtiva sul-africana. As próprias incoerências políticas das reformas propostas por Bhotá - que, por exemplo, possibilitavam a integração entre brancos e não brancos na prática de esportes, no sistema educacional e nos espaços territoriais - corrompiam o projeto de edificação de estruturas nacionais apartadas. O *apartheid* materializado com os bantustões - denominado por Magnoli como *grande apartheid* -

[...] projetava a África do Sul como um arquipélago de territórios negros orbitando em torno do centro branco. O neo-*apartheid* de Botha, muito mais complexo, previa a formação de uma ‘confederação etnogeográfica’ composta por unidades espaciais e territórios étnicos semiautônomos, interligados por instâncias de poder repartido. Esse projeto geopolítico buscava manter o monopólio do poder político central nas mãos do Estado africânder, diluindo e implodindo a maioria africana nas várias escalas de participação de nível local (MAGNOLI, 1992, p. 73-74) [grifos do autor].

A derrocada do sistema de apartação parecia ser uma simples questão de tempo. Cercado por todos os lados e imerso em uma dura estagnação econômica, Pieter Bhotá renunciou em agosto de 1989. A convivência da comunidade internacional com o racismo institucionalizado sul-africano estava se extinguido devido à fragmentação do bloco socialista que caracterizava este período final da Guerra Fria. Assim, tanto os E.U. A. como a Grã-Bretanha - nações líderes do bloco capitalista -, que, por muitas décadas haviam sido condescendentes com a política da minoria branca, deixavam de se comprometer com o governo africânder.

Afinal, no tempo extra, o regime do *apartheid*, que tanto pressionara a população não branca durante todo o jogo, via-se encolhido no seu campo de defesa e apenas pensava em conduzir o jogo para o confronto final nas cobranças de tiros livres da marca da grande penalidade. Por outro lado, os africanos, devido ao seu melhor condicionamento, atiravam-se para o campo de ataque em busca da tão batalhada libertação, entretanto, não conseguiam transpor a forte retranca defensiva armada pelos africânderes. Porém, antes que os trinta minutos de prorrogação se esgotassem, tanto africânderes como africanos promoveram suas últimas substituições. Do lado africânder, Frederik De Klerk substituiria Bhota; pelo lado dos negros, Mandela entrava em campo carregando sob seus ombros toda a esperança da população africana, e com a responsabilidade de conduzir esta rumo à cidadania integral. Enfim, a prorrogação terminara como havia começado, a decisão iria ocorrer mesmo por meio de cobranças de tiros livres da marca da penalidade máxima.

PÊNALTIS: a derrocada do *apartheid*

Com a renúncia de Pieter Bhota em meados de 1989, Frederik De Klerk tomou posse como presidente³⁰. De Klerk assumia o comando do governo africânder num momento em que muitos acreditavam que uma guerra civil era inevitável. Por volta de um ano e meio depois, em fevereiro de 1991, Nelson Mandela então com 72 anos, dos quais os últimos 28 passados em reclusão, era libertado.

Antes mesmo da libertação de Mandela, o novo governo africânder mostrava sinais concretos de que iria promover a abertura política para a população negra. Meses depois de ter assumido o governo, De Klerk reconhecia a legitimidade do CNA, e de outras organizações políticas africanas; a Lei dos Serviços públicos Separados fora abolida. Após a liberação de Nelson Mandela, o processo de derrocada do *apartheid* sucedeu-se rápida e gradativamente: territórios como o Ciskei, o Transkei e Venda que tinham sido proclamados independentes foram reincorporados a República; diversas leis que formavam o edifício jurídico do regime, como as leis de Registro da População, das Terras Nativas e a das Áreas de Grupo foram revogadas. Porém, conforme Magnoli, “o ponto de não retorno do processo reformista, [foi] a ideia de um governo de transição com a participação de representantes negros” (1992, p. 76).

Logo, representantes da ala conservadora dos africânderes partiram para protestos de ruas e até mesmo no Parlamento. Contudo, o processo de ruína do regime racista já não podia mais ser freado. “No dia 17 de março de 1992, o sistema do *apartheid* recebeu um golpe de morte. Nesta data, o plebiscito, organizado pelo governo branco e restrito ao eleitorado branco, revelou uma maioria de quase 70% dos votantes favorável à extinção do Estado segregacionista” (MAGNOLI, 1992, p. 13). Enfim, após mais de três séculos de luta, os negros africanos rompiam os grilhões que os sujeitavam a condições de absoluta indignidade. O caminho estava aberto para que a sua ampla maioria numérica se transformasse

³⁰ Com a reforma constitucional de 1984, o cargo de primeiro-ministro foi extinto e criado o cargo de presidente.

em maioria política, e consequentemente conquistasse o poder. Isto não demoraria a acontecer, dois anos depois foram realizadas eleições universais e diretas, um processo comovente que envolveu milhões de entusiasmados cidadãos que, pela primeira vez, participavam de um processo eleitoral universal e democrático. Candidato a presidente pelo CNA, Nelson Mandela, que desde sua libertação havia colaborado com De Klerk para a realização das reformas, foi eleito presidente³¹. Assim, pela primeira vez em sua história, a República da África do Sul seria governada por um governo constituído em processo democrático que incluía toda sua população, a qual desde 1992 passara a viver em um país onde ao menos em suas disposições constitucionais se condenava a prática do racismo.

Após empreenderem esforços sobre-humanos na busca de alterar o curso do processo histórico de acordo com seu ideal de mundo e manterem-se com o monopólio do Estado, os africânderes entraram para a disputa das penalidades extenuadas. A resistência negra estarreceu os africânderes que acreditavam ter o jogo sob controle. Contudo, somente muito tarde, perceberiam que não poderiam conter a efervescência e o ímpeto da comunidade negra.

Na marca do pênalti, a onze metros da linha derradeira, De Klerk avistava, debaixo das traves, milhares de africanos sedentos por liberdade e, acima de tudo, dignidade. O futuro da África do Sul dependia do que ele faria com a *Jabulani*³²; a libertação ou uma sangrenta guerra civil eram suas opções. Quando partiu para a cobrança, essas duas opções não descolavam de sua mente. Entretanto, sem titubear, ele bateu firme na *Jabulani* que se elevou sobre o travessão, sua escolha tinha sido tomada: uma nova África do Sul seria construída. Pelo outro lado, quando *Madiba*³³ posicionou-se para a sua cobrança, fitava sobre a linha do gol um regime completamente consumido por suas próprias contradições, pela resistência africana e pelas pressões internacionais, e que caberia a ele dar-lhe o golpe de misericórdia. Sentia sobre seus ombros o peso de mais de trezentos anos de opressão; a ansiedade e a expectativa de um povo, afinal, soltar o grito de liberdade preso em sua garganta por séculos. Respirou fundo e, placidamente, sem hesitar, partiu em direção a *Jabulani*, com muita categoria colocou-a no fundo do gol sem chances de defesa. *La Duma!*³⁴ Finalmente, os gritos de liberdade desprendiam-se das cordas vocais de cada um dos negros sul-africanos. Assim, enquanto os africanos, reforçados por Mandela, convertiam suas oportunidades uma a uma, os brancos pró-*apartheid*, incrédulos, viam o regime de segregação entrando em seu definitivo colapso. Enfim, os negros sul-africanos podiam se orgulhar que finalmente haviam vencido o *apartheid*, embora a verdadeira vitória deste jogo tenha sido conquistada por toda a nação sul-africana.

³¹ Sobre o período em que Nelson Mandela sai da prisão até seus primeiros anos como presidente da África do Sul é interessante ver o filme de Clint Eastwood, *Invictus*; 2009; (*Invictus*).

³² A bola oficial da Copa do Mundo de 2010 foi nomeada de *Jabulani*, palavra do tronco linguístico Bantu, isiZulu, que significa celebração.

³³ Apelido pelo qual Nelson Mandela é carinhosamente chamado pelo povo sul-africano. Significa reconciliador e é o nome do clã de Mandela, componente do povo *xhosa*, o qual habitava a região do Transkei onde ele nasceu.

³⁴ Vocábulo do dialeto zulu, atualmente um dos onze idiomas oficiais da África do Sul, que significa gol.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: a repercussão do jogo

Embora este ensaio já tenha se alongado por demais, é preciso ainda, prezado leitor, que sejam feitas algumas considerações, mas prometemos que seremos breves, já que, de certo modo, algumas conclusões foram sendo expostas ao logo do mesmo, destacando-se que elas não são absolutas, e que apenas foram enfatizados os assuntos que consideramos mais importantes para o seu desdobramento.

O regime racista de apartação social, assentado em ideias de cunho nazi-fascista, imposto na África do Sul não pode ser considerado como um caso isolado e anômalo na segunda metade do século XX. Somente no tocante ao continente africano, alguns países, como o Zimbábue, para alcançarem sua independência e autonomia tiveram que suplantar regimes racistas bastantes semelhantes ao erigido na África do Sul. Do mesmo modo, o salazarismo em Portugal e o franquismo na Espanha se constituem como exemplos de regimes de caráter fascista que vingaram no interior da própria Europa, e que também contaram com a conivência dos países do bloco capitalista, ao qual se alinhavam no contexto da Guerra Fria. Sem desprezar as implicações e condições internas destas nações, faz-se importante perceber que a conjuntura de bipolaridade da Guerra Fria tornou-se essencial para que estes regimes autoritários pudessem ter se sustentado por longo período em cada um desses países. Não foi por acaso que a relação dos países ocidentais com o governo nacionalista africânder na África do Sul alterou-se, significativamente, após o bloco socialista começar a mostrar fortes sinais de desgaste, a partir dos primeiros anos da década de 1980.

Outro fator a ser considerado é a falta de consenso entre as apreciações sobre qual foi o papel do capitalismo industrial urbano na instituição, manutenção e superação do *apartheid*. Acreditamos que o capitalismo industrial urbano que se desenvolveu na África do Sul desempenhou um papel no mínimo dualista ao longo da vigência do *apartheid*. Isto é, tanto ele beneficiou-se das desumanas restrições impostas à população negra - maior parte da força de trabalho -, que criaram uma reserva de mão de obra barata e desprotegida sindicalmente, o que, conseqüentemente, aumentava os lucros das empresas, quanto oportunizou a ocorrência do processo de urbanização, o qual forjou a integração e o sentimento nacionalista africano a partir dos subúrbios dos grandes centros urbanos, movimento que se mostrou de vital importância para a derrocada do sistema de apartação.

A partir da urbanização, o nacionalismo africano ganharia ainda mais coesão com os movimentos como o de Consciência Negra, o qual procurava conscientizar a comunidade africana sobre a importância de se ter orgulho de sua negritude, de suas tradições, de seus valores e manifestações culturais originais. Os africânderes de toda maneira tentaram estancar este processo de urbanização e integração da população africana negra. Para isso, tentaram impor aos negros africanos o seu próprio imaginário, que repudiava o futuro e a modernização, e idealizava viver da mesma forma que os primeiros colonos bôeres, ou seja, isolados do restante do mundo, embora no século XX, este ideário se traduzisse em uma nação com seu próprio território e *racionalmente pura*. Nesse sentido, o grande

desafio dos opositores do regime era fazer com que os africanos negros se considerassem como uma só comunidade, que necessitava resistir em conjunto aos opressores. Em outras palavras, os negros só conseguiram intensificar sua resistência quando passaram a se identificar menos como *zulus*, *xhosas*, *sothos*, etc. e perceberam-se mais como sul-africanos.

REFERÊNCIAS

- ALENCASTRO, L. F. Prefácio: Sob o Trópico de Capricórnio. In: _____. SAMPSON, A. **O negro e o ouro: magnatas, revolucionários e o apartheid**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- FREYRE, G. **Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 34 ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.
- HOBBSAWM, E. J. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914 - 1991**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- _____. **A era das Revoluções: Europa 1789-1848**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.
- MAGNOLI, D. **África do Sul: capitalismo e apartheid**. São Paulo: Contexto, 1992.
- PEREIRA, F. J. **Apartheid: o horror branco na África do Sul**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- SAMPSON, A. **O negro e o ouro: magnatas, revolucionários e o apartheid**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- TEIXEIRA DA SILVA, F. C. Os fascismos. In: _____. REIS FILHOS, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste (Org.). **O Século XX: o tempo das crises: revoluções, fascismos e guerras**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- TENGARRINHA, J. (Org.). **História de Portugal**. São Paulo: EDUSC, 2000.
- VAIL, J. J. **Winnie e Nelson Mandela**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- WOODS, D. **Biko: a história do líder negro sul-africano Steve Biko**. São Paulo: Beste Seller, 1987.